

GESTÃO ESCOLAR E A VIOLÊNCIA: ALTERNATIVAS EDUCACIONAIS

Janete Cardoso dos Santos - UCB-DF

janetecs@ucb.br

Joadir Foresti – UCB-DF

joadir.foresti@gmail.com

Resumo: O artigo aponta elementos a contribuir para uma gestão escolar que possa dar atenção aos sinais de violência presentes no ambiente da escola. Os dados são da pesquisa realizada em escolas do Distrito Federal em parceria entre UNESCO e Universidade Católica de Brasília, em 2008. Autores como Jean-Marie Muller, Maffesoli, Debarbieux & Blaya, entre outros, emprestam seus conceitos para a construção do presente artigo. A pesquisa aponta para: gestão mais integrada; maior escuta e entendimento do contexto da escola e processos de comunicação.

Palavras-chave: gestão escolar; violência; comunicação

INTRODUÇÃO

A escola deixa marcas. Isso ninguém pode negar. O que pode ser discutido é quais marcas ela deixa na vida das crianças e adolescentes que por ela passam. A maioria das pessoas esteve ou ainda está envolvidas com alguma escola. Muitas já não estão mais matriculadas regularmente na escola, mas continuam “frequentando-a” para levar seus irmãos mais novos, seus filhos ou para encontrar amigos. A escola é o lugar em que as pessoas aprendem e também podem se questionar. Qual é o conteúdo central da aprendizagem na escola? Que marcas a escola tem deixado hoje nos adolescentes e professores que passam, no mínimo, quatro horas por dia juntos?

Na atualidade, um dos assuntos que está presente na relação com a escola é a violência. O entendimento do que é violência e de qual o papel da escola chegam a ser abordados em forma de relação, ou seja, um tendo que dar conta do outro. Esse artigo pretende revelar um pouco do dia a dia de algumas escolas, sob o enfoque da aprendizagem e da convivência que acontecem na escola, bem como perceber como são as condições dessas instituições para que a aprendizagem e a convivência aconteçam, levando em consideração um contexto que apresenta sinais da violência.

Efetivamente, as violências nas escolas parecem crescer no mundo, embora a sua caracterização e registro careçam de cuidados e definições mais sólidas e consensuais. Sendo assim, esta pesquisa buscou junto à comunidade escolar, por meio dos diferentes atores e

instrumentos, dados para que as conclusões não fossem precipitadas e verificassem a eficácia do projeto em análise, idealizado pelo poder público, para superação das violências no Distrito Federal (DF).

CONCEITOS BÁSICOS

O tema da violência na escola tem ocupado bastante tempo dos meios de comunicação social e tem sido comum a fala de dirigentes de escolas manifestando preocupação com a realidade de violência na escola. Ainda que as percepções e tratamentos para a questão da violência assumam proporções e encaminhamentos diferentes, o assunto violência faz parte de muitas conversas, planejamentos, reuniões e debates na maioria das escolas. No Distrito Federal, esse é um dos assuntos que tem trazido preocupação aos responsáveis pela educação, aos professores, às famílias e aos jovens, adolescentes e crianças que frequentam as escolas. Tem ocupado também significativo espaço na mídia local, sempre na tentativa de saber quem são os responsáveis por esses comportamentos que perturbam o ambiente escolar.

Para trazer à tona e discutir essa questão que envolve diretamente a escola, é necessário trabalhar o conceito de violência, como ela se manifesta, de onde ela surge, e que conseqüências ela traz?

Nesse contexto, para definir melhor o conceito de violência é preciso atentar quanto à utilização de termos que, usualmente, estão no contexto da violência e são tomados como sinônimos. É o caso dos termos *força* e *conflito*, pois, no senso comum, muitas vezes se confundem com violência, como pode ser observado a seguir.

Mesmo sendo evidentes os casos de violência na sociedade, o termo ainda carece de conceituações contextualizadas. Sob o ponto de vista da abrangência do termo, Debarbieux (2002) faz um resgate oportuno, pois, segundo ele, é preciso tomar certos cuidado com o conceito. Quando a violência é tomada em sentido muito amplo, pode se correr o risco de torná-lo um conceito indizível. Quando tudo é tomado como violência e não há diferenciação entre os atos que ocorrem na escola, acaba se banalizando a violência. Da mesma forma, é necessário tomar os devidos cuidados quando se trata da microviolência. O autor propõe uma concepção de violência onde as vítimas são ouvidas e consideradas. Para ele, quando a voz das vítimas é levada em consideração, é possível ir além da punição, o que vem a ser papel da escola.

O conceito de violência em si não é um conceito possível de ser acessado como algo estático. Ele tem sido amplamente utilizado pela mídia, muitas vezes sem uma apurada análise do movimento da sociedade como um todo. Nesse sentido, a construção do conceito de violência está relacionada com as questões sociais e, realimentada, pela ação do Estado ou da escola, pela forma como a tratam. Não é possível precisar causas específicas para violência, assim como é difícil elaborar um conceito para ela. Trabalhar na perspectiva da causa-efeito seria simplificar um problema e uma construção conceitual que é de ordem mais complexa.

Outra questão destacada por Debarbeaux (2002), para ajudar na construção do conceito de violência, está na importância do processo de ouvir as vítimas, no sentido de sair da lógica do simples controle social, como forma de combater a violência. O autor aponta para a necessidade de abordar o conceito como algo construído ao longo do tempo e que, portanto, pode ser desconstruído. Uma das tarefas da escola seria problematizar o conceito de violência como algo que foi sendo elaborado ao longo do tempo e das condições sociais, políticas e humanas e que, portanto, pode ser questionado e reelaborado na medida em que as condições vão sendo alteradas, como é o caso de acrescentar as falas das vítimas no processo de compreensão do conceito de violência.

Outro autor que ajuda na construção do conceito de violência é Jean-Marie Muller (1995). Para ele muito importante estabelecer a diferença entre força e violência. A utilização dessas duas palavras com o mesmo sentido tem trazido dificuldades para a compreensão e para o planejamento de ações de educação com menos violência. Força é a qualidade de alguém que tem a coragem de recusar submissão à lei da violência. Assim, a pessoa tem coragem para dizer não aos impulsos da violência e ter autocontrole de suas paixões pessoais e coletivas. Portanto, o oposto da força é a inabilidade de resistir às provocações da violência.

O termo força constitui na capacidade de pessoas ou grupos fazerem resistências e organizarem ações para vencer aquilo que agride os valores do bem comum. No caso da escola, percebe-se essa ação em movimentos para conquistar espaços dignos de aprendizagem e convivência. A força não é algo abstrato, imensurável, que está à disposição para ser acessado. A força é ação, mobilização, organização.

Por outro lado, a violência é essencialmente a negação da outra pessoa. A ação violenta sempre está relacionada com fazer o outro sofrer, como ferir o outro. A violência também é causa de sofrimento para quem pratica o ato violento, pois está negando um relacionamento de aceitação do outro e das possibilidades de estabelecer vínculos de vida e de desenvolvimento humano.

Também o sociólogo Michel Maffesoli (2001) aborda a questão da violência e, para ele, ela se apresenta de três maneiras: a violência totalitária, a violência anômica e a violência banal. A totalitária é consequência do monopólio da estrutura dominante: Estado, partido, organização. A violência anômica que é uma resposta à violência, à dominação dos poderes instituídos, revoltas latentes que ocorrem ocasionalmente, inscreve-se entre a destruição e a reconstrução, entre ordem e desordem que, reprimida, pode explodir em crueldade. A violência banal caracteriza-se pela passividade ativa, não se integra ao instituído, mas se opõe a ele. Consiste na atitude de aparente indiferença que não enfrenta diretamente o poder. Mostra-se pelo silêncio, pelos deboches e manifestações de destruição do ambiente ou de, pelo menos, tentativa de transformá-lo em outro, como objeto e não como ser a ser respeitado.

Outro termo que necessita ser abordado quando se fala de violência na escola é o conceito de conflito. É bastante comum o uso de violência e conflito como sinônimos. Jares (2002) defende que, tanto na sociedade em geral, quanto no sistema educacional, a referência do conceito de conflito que está presente é advinda da ideologia tecnocrática-conservadora que entende o conflito como algo negativo, não-desejável e que se confunde com violência e patologia. Portanto, algo que necessita ser corrigido e, sobretudo evitado, algo que perturba a ordem social, a ordem da escola.

A concepção de conflito, no senso comum, aponta-o como desgraça, má-sorte, algo berrante, como disfunção, como patológico. A partir dessa compreensão, o conflito passa a ser algo que precisa ser evitado, que não é desejável, que é mau. Esse entendimento de conflito é bastante comum no processo educacional devido a trajetória da educação. É preciso certo esforço da parte dos gestores e dos educadores para não confundirem conflito e violência, pois essa concepção é bastante acentuada nas culturas ocidentais e, portanto, nas escolas em geral.

Rotular uma pessoa, um estudante, um educador de *conflitivo* sem buscar entender os motivos pelos quais os sujeitos manifestam suas opiniões contrárias é uma das formas de utilização do conflito de forma pejorativa. Isso acaba impedindo o diálogo e fica explícito que conflito não é bem-vindo nesse ambiente.

No contexto escolar, o entendimento de conflito com o sentido negativo, está ancorado nas opções ideológico-científicas, tecnocrático-positivistas e apresenta-se como uma situação que precisa ser corrigida e evitada. Por exemplo, a perturbação da ordem na sala de aula, o movimento de reivindicar algo para suas necessidades, a organização para defender alguma idéia ou projeto, quase sempre são rejeitados pelos diretores e professores.

Nesse sentido faz-se necessário desenvolver, no próprio âmbito da escola, uma concepção de conflito como elemento indispensável no processo organizacional, como algo

necessário para a vida da organização e da escola. Conforme Guimarães (2005), é necessário encarar o conflito na escola como um valor, pois serve de base para a crítica pedagógica e todas as posições divergentes devem gerar debate e articular práticas educativas libertadoras.

Também para o educador espanhol, Xares (2002), a escola como toda a instituição, vive diversos tipos de conflitos, de natureza e com intensidade distinta: conflitos entre professores, conflitos entre professores e alunos, conflitos com os pais, conflito entre alunos, conflitos com a direção, com as administrações em geral. Isso tudo denota a natureza conflituosa em que se vive no ambiente escolar e que, por isso, não é possível ignorar o conflito e, tampouco, deixar de se organizar para aprender com os conflitos que são tantos no dia a dia da escola.

Como foi destacado, é evidente a utilização de conflito e violência como sinônimos ou a violência como decorrência do conflito e o pressuposto de que conflito é algo negativo

A existência humana se constitui em estar em relação aos outros. O homem é um ser de relações, porém, na maioria das vezes essa relação com o outro, o encontro com o outro se configura numa adversidade. “O outro é aquele cujos desejos se opõem aos meus, cujos interesses chocam com os meus, cujas ambições se erguem contra as minhas, cujos projetos contrariam os meus, cuja liberdade ameaça a minha, cujos direitos usurpam os meus” (Muller, 1995, p. 16). A gestão da escola e os professores precisam estar cientes dessa realidade e a partir dela, desenvolver o trabalho de entendimento e de ações para o desenvolvimento humano.

Conforme Muller (1995), o ser humano tem duas opções face ao conflito: desenvolver uma atitude de hospitalidade ou de hostilidade. As duas opções são sempre possíveis, vai depender da forma como o outro é entendido. Existe a possibilidade do outro ser o hóspede, portanto há uma atitude de acolhida ou o outro permanece sendo o estrangeiro e a atitude é de exclusão, como se fosse um inimigo.

Portanto, quando a proposta é compreender a violência escolar, é necessária a distinção de vários conceitos que, muitas vezes, são tratados como sinônimos. A compreensão clara do conceito de violência e de suas relações é imprescindível para a gestão da escola e para o desenvolvimento de ações que objetivem um tratamento mais científico para as questões de violência.

Depois de observar as nuances em torno das quais se pensa e age sobre violência, procura-se, em seguida, retomar algumas linhas sobre a gestão do ambiente em que a violência se processa. Ao abordar a gestão escolar, busca-se ampliar o contexto educacional permeado de relações e, entre estas, a da violência.

GESTÃO ESCOLAR

A forma de gestão escolar é um dado muitas vezes herdado, pois baseia sua prática em ações costumeiras. O que significa dizer também que a gestão escolar está bastante ligada às formas tradicionais de conduzir as escolas. Essas ações costumeiras têm suas razões. Historicamente, no Brasil, segundo Libâneo (2004, pp.120-1), a gestão escolar se organiza sob duas concepções distintas, a concepção científico-racional e a concepção sociocrítica. Esta última desdobra suas práticas em alternativas participativas da comunidade escolar, ao promover divisão de tarefas, inclusive, na promoção do poder coletivo, o que pode caracterizar a autogestão sob o ponto de vista político da escola. Valoriza responsabilidade coletiva no exercício de práticas compartilhadas e, inclusive, no acompanhamento e avaliação sistemáticos das ações pedagógicas, diagnósticos e tomadas de decisões. Essas características estão presentes no desdobramento da concepção sociocrítica em outras três concepções de gestão, a saber, autogestionária, interpretativa e democrático-participativa.

Por outro lado, a concepção científico-racional é a que mais tem servido de base para a gestão de escolas no país. Conforme as pesquisas de Libâneo (2004), essa concepção tem por característica a centralização do poder no diretor e destaca a hierarquia de autoridades; as funções e tarefas são bem detalhadas e divididas tecnicamente, há também uma regulação administrativa imposta por regras e procedimentos de controle. No aspecto da comunicação, ela é verticalizada, ou seja, imposta de cima para baixo, deixando de lado a possibilidade de diálogo e/ou consensos.

GESTÃO E COMUNICAÇÃO

A comunicação é, muitas vezes, vista como o diálogo para se comunicar ou discutir um assunto. Outras vezes é confundida com o ato de informar uma orientação. Porém, ao se tratar das organizações de modo geral, esse diálogo, ou essa informação, assume nuances que precisam ser detalhadas, caso contrário, o que é formalmente dito pode se tornar o não-dito. Ou em outras palavras, não é suficiente emitir pareceres e ouvir respostas ou, ainda, baixar decretos para se obter a compreensão ou a adesão. A comunicação, vista como um campo das ciências sociais é responsável por apontar os passos e ações necessárias para se chegar a um objetivo. Não são raros os autores que associam a comunicação aos grupos culturais, ou seja,

atribuem a compreensão do que é dito e combinado ao fator de convivência e construção cultural.

Conforme Braga e Calazans (2001), ao abordar comunicação e educação, há de se prestar atenção para a questão das trocas quanto se estuda o ato de comunicação. Para eles a comunicação acontece porque há interações. Em outras palavras, segundo os autores (BRAGA e CALAZANS, 2001, pp. 14-8) a ação é percebida na interação entre as pessoas e precisa ser percebida como algo simbólico e prático. São ações que processam trocas entre os seres humanos na medida em que se vêem engajados num objetivo comum, seja ele político, econômico, cultural, estético, etc. Porém, deve-se ter em mente de que essa interação não é meramente de diálogo ou conversacional. Nesse sentido, a comunicação dentro de uma organização escolar não pode supor que o fato de emitir decisões ou convocações tenha, ao mesmo tempo, realizado o objetivo-fim por meio desta comunicação.

A comunicação supõe participação, envolvimento e um estado de construção de idéias, e idéias conjuntas. A interação de que tratam os autores supra citados aponta para a necessidade de compreender que os ambientes mais pulverizados, por diferentes compressões e interesses, tende a plantar diversos núcleos de comunicação e não apenas um, e muito menos de um único sentido. A organização escolar, permeada por uma estrutura de gestão, de famílias, de educadores e de educandos é uma plataforma rica para o uso dos recursos oferecidos pela comunicação. Desde os recursos mais básicos da língua falada até os recursos de mídia eletrônica, a escola é o laboratório, por si mesma, de comunicação. O próprio ato de promover a aprendizagem é uma ação de comunicação. Por isso, neste artigo, não é possível abordar todos os aspectos imbricados na arte da comunicação em ambiente educacional. Hoje, segundo Braga e Calazans (2001), é possível fazer com que a reflexão humana ultrapasse a compreensão de que exista apenas uma comunicação feita para a cultura de massa, e, por sua vez, perceba que há trocas simbólicas ocorrendo em diversos ambientes, inclusive no ambiente escolar. Sendo assim, será possível, no contexto da pesquisa sobre violência nas escolas, observar aspectos em que a organização escolar toma decisões e encaminha orientações por meio de sua gestão. Isso só será possível de observação se houver a compreensão assinalada anteriormente, ou seja, aquela que permite perceber, nas interações entre grupos e pessoas, ações de comunicação relevantes para a compreensão de seus comportamentos.

No mesmo contexto de interações, a gestão é entendida como o conjunto de pessoas encarregadas de orientar a escola, ou seja, emitir uma ordem, comunicar um parecer, impor uma conduta e, inclusive ouvir e atender à solicitações de outros grupos. Muitas vezes, essa

gestão é realizada não só pelo diretor, mas também por seus auxiliares diretos e, até mesmo, pelos professores que compactuam com as decisões superiores. Ou seja, o grupo que dirige, que orienta e que faz a gestão da escola, a princípio, interage entre si para procurar envolver os demais integrantes da escola, para que estes também interajam e, assim, haja comunicação.

Seguindo essa reflexão, será necessário também atentar para um elemento da comunicação oriundo da reflexão de Michel Maffesoli (2006). Em seu livro *O Tempo das Tribos*, busca, na essência do humano, na história de suas manifestações comportamentais em festas, revoltas e levantes, as expressões de sobrevivência que revelam a potência do ser humano. Se houve um tempo em que os humanos pensavam individualmente, hoje é possível perceber que há pensamentos tribais, mas, necessariamente, não são comuns entre as diversas tribos. Ainda, segundo o autor (MAFFESOLI, 2006, p. 83), há uma potência social presente nas manifestações assistidas na contemporaneidade que foge das análises comuns dos especialistas. Em outras palavras, faz-se necessário observar os comportamentos diversos e, especialmente, o da violência, sob o ponto de vista de uma tentativa de sobrevivência. Dessa forma, ao observar violência imbricada com gestão escolar, é oportuno considerá-las elementos de uma efervescência social que está mudando. A relação interpessoal e organizacional se processa antes, durante e depois dos fatos, por isso, esta é permanente mudança.

OBJETIVOS

Apontar elementos que venham a contribuir para uma gestão mais atenta às questões de violência, suas causas e possíveis alternativas educacionais, segundo a pesquisa, encontra-se no âmago deste trabalho. Por isso, questiona-se: como é a relação entre alunos e professores? Qual o contexto sócio-cultural da escola? Como acontece a comunicação na escola? Como a comunidade escolar participa do projeto pedagógico da escola? Em fim, os dados coletados implicam diretamente na vida diária da escola e contribuem para a formação da cultura da escola?

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2008, em quatro regiões administrativas do Distrito Federal: Ceilândia, Recanto das Emas, Taguatinga e Paranoá,

consideradas populações de baixa renda. Foram pesquisadas cinco escolas do ensino fundamental com histórico de violências. A implementação do Projeto de Segurança Escolar nestas escolas da Rede Oficial de Ensino se deu com a criação do Conselho de Segurança Escolar (CSE) em cada uma delas. Para sua realização, a pesquisa contou com a colaboração voluntária de professores da Universidade Católica de Brasília (UCB), por meio da Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade, de estudantes do curso de Mestrado em Educação, de estudantes dos cursos de graduação em Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, Educação Física e Direito, de estagiários e de membros da comunidade, todos engajados na superação da violência e instigados a compreender a complexidade do fenômeno da violência escolar, na busca por uma cultura de paz.

A metodologia utilizada para a pesquisa citada foi *quanti-quali* de caráter descritivo e exploratório. Para sua execução houve uma integração das metodologias qualitativa e quantitativa, por se tratar de um projeto em processo, e ainda a fim de melhor captar a realidade.

Para coleta de dados, utilizaram-se seis diferentes instrumentos para que melhor se pudesse perceber a realidade e avaliar o projeto por meio do cruzamento de dados fornecidos pelos vários sujeitos perguntados. As seguintes técnicas foram utilizadas: questionários, entrevista semi-estruturada, grupo focal e observação *in loco*. A coleta de dados ocorreu entre março e abril de 2008, em cinco escolas do ensino fundamental, com histórico de violências, assim indicadas pelo Ministério Público do Distrito Federal. São elas: Centro de Ensino Fundamental 14 da Ceilândia, Centro de Ensino Fundamental 60 da Ceilândia, Centro de Ensino Fundamental 10 de Taguatinga, Centro de Ensino Fundamental 405 do Recanto das Emas e Centro de Ensino Fundamental 02 do Paranoá.

A GESTÃO DIANTE DA VIOLÊNCIA

Depois de realizar uma retomada conceitual e contextualizar a pesquisa sobre violência, seguem algumas linhas analíticas que se propõem a colaborar na análise dos dados da mesma pesquisa. Conforme a proposta deste artigo, apresentam-se dados sobre violência, gestão escolar, cultura e comunicação. Inicialmente serão apresentadas as análises sobre a proposta de contenção da violência escolar e seus envolvimento.

Nos dados da pesquisa, fica evidente a pouca atenção dada pelos diretores e professores ao movimento de ação e de luta para os objetivos que são comuns entre

professores, alunos e comunidade. No caso específico, a organização e gestão do *Projeto Segurança Escolar*. A diretora de uma das escolas pesquisadas afirma: “*No ano de 2007, o promotor não compareceu para a implantação do projeto e a gente não conseguiu implantar o projeto*”. Essa atitude acaba enfraquecendo as ações que dão identidade ao grupo, que fortalece a auto-estima. Nesse caso, pode-se afirmar que as negligências dos gestores constituem uma violência, além de os conflitos presentes não serem trabalhados de forma a encontrar soluções. Com isso, a violência parece ser a atitude mais presente no cotidiano escolar.

No caso da pesquisa nas escolas do Distrito Federal, o Estado apresenta projetos, porém, as condições de implantação e o acompanhamento das ações desses projetos ficam distantes da realidade. Percebe-se claramente um Estado que faz muito discurso, mas com pouca ação efetiva junto aos agentes da escola, acompanhando e valorizando os processos.

Fica bastante evidente na pesquisa que violência e conflito estão colocados no mesmo sentido. O ambiente escolar apresentado pelos professores é um ambiente triste, sem segurança, com muitas dificuldades para realizar o trabalho com os estudantes. Essa realidade denota que há muitos conflitos na organização, na gestão e na comunicação da escola com a comunidade interna e externa. No entanto, na pesquisa esses aspectos são descritos como violências, pelos próprios professores. Conforme Jean-Marie Muller (1995), antes de qualquer ação para a diminuição da violência é necessário ter claros os conceitos e suas implicações na realidade concreta.

Percebe-se que há desmotivação por parte dos professores em retomar projetos ou mesmo apresentar alternativas para os estudantes. Uma diretora expressa: “*sou a única capaz de mudar muita coisa da escola... Mesmo por parte do professores há muita dificuldade*”. Ela manifesta cansaço em estar sempre exigindo dos professores, pois eles não têm força de vontade, segundo ela. Nesse sentido, há outros elementos implicados no contexto, mas os relatos identificam a violência como se ela fosse uma “entidade” que está presente na escola e que não é possível lutar pela sua diminuição.

De acordo com Libâneo (2004) a gestão efetiva precisa estar organizada por um grupo onde são compartilhadas idéias e projetos de forma que as idéias possam ir se consolidando em torno de projetos muito mais que pessoas.

É importante pensar o quanto a gestão das escolas em questão tem proporcionado momentos formativos de apoio aos professores para que eles possam desenvolver atitudes de acolhida de hospitalidade e não de hostilidade. Uma das diretoras entrevistadas relata tentativas de organizar espaços de comunicação com as famílias:

Nós fazemos um trabalho bem leigo, mesmo, porque, ele vem caminhando bem lentamente, mas os resultados a gente já percebe. Por exemplo, nós começamos desde o ano passado a fazer nossas reuniões de pais, nós fazemos o conselho participativo onde a gente pára as atividades, e trabalha de hora em hora para os pais, alunos, os professores para falar como é nosso trabalho e o que pretende, e mostrar pra família como a gente trabalha.

Tudo o que acontece na escola é considerado como se fosse violência, porém não há uma escuta efetiva dos participantes da escola para uma possível solução dos problemas que eles relatam. (...) *quando a coisa é muito grave eles só conversam. Quando a coisa é... só deu um tapinha, assim, eles vão lá e dão assistência.* A manifestação dos estudantes que querem um tratamento diferenciado para o que acontece na escola requer um entendimento, por parte da escola, diferenciando violência de processos comuns de convivência e interação entre os adolescentes.

Enquanto não há clareza no conceito de violência, conflitos e outros não há movimento para uma ação educativa por parte da escola e a violência acaba tomando proporções significativas nas falas.

O conflito é elemento estrutural que acompanha toda a relação e toda a vida social. Segundo Guimarães (2005), a paz, entendida como superação da violência, não acontece pela ausência de conflito, mas se estabelece no esforço de buscar a convivência e o entendimento das causas dos conflitos, dos protagonistas, buscando compreender o processo e o contexto onde estão situados os conflitos.

O entendimento da importância dos conflitos não é algo somente teórico e abstrato, mas, ao contrário, deve brotar da realidade vivida. É possível observar nas entrevistas com diretores que o contexto da escola é complexo, envolvendo elementos como tráfico, mortes, etc.

A escola sempre teve características de muita violência, no que se refere à relação entre os alunos e professores, assim como acontece fora da escola, na comunidade que apresenta uma característica violenta. *A cada segunda-feira tem uma história de morte, de assassinato na comunidade. Isso acaba influenciando o clima da escola.*

Diante dessa realidade, a gestão da escola precisa estar preparada tanto com subsídios teóricos como emocionais para organizar o trabalho com os professores nesse contexto, para que o processo pedagógico não venha a ter prejuízos e a escola possa cumprir seu papel de instituição educadora e não somente reguladora e punitiva.

Da mesma forma o entendimento do conflito exige, além da opção da gestão em acolher e preparar-se para o estabelecimento do diálogo, uma mudança de percepção de qual o

papel da escola nesse momento e de qual é o seu compromisso com a comunidade. Isso é trabalhoso, exige ação e firmeza, por parte da gestão, e não acontece de forma espontânea. Entende-se que a escola como um todo, deixa de ser a promotora da educação. Nos relatos dos gestores da escola, percebe-se preocupação com a resolução dos conflitos numa atitude de polícia ou de justiça, enquanto que, a construção e execução de um projeto pedagógico, que leve em conta todo esse contexto, fica sem ser comentada.

Os conflitos são tratados com posturas disciplinadoras muito mais que atitudes educativas. Não tem sido contemplado no projeto pedagógico das escolas, o lugar, o papel dos conflitos presentes nesse ambiente, tampouco o movimento que a acolhida aos conflitos traria para a escola. Percebe-se claramente a falta de reflexão teórica e mecanismos práticos dos professores e dos diretores para lidar com os conflitos. *a gente teve algumas reuniões que serviram, sim, para despertar o posicionamento de diversos professores. Isso produziu alguma mudança ainda não estruturada, não sistematizada, coisa que a gente vai fazer agora.*

É bastante comum a escola atribuir ou culpar a família pelo contexto violento dos jovens e adolescentes. Essa é uma constatação perigosa onde se atribui, para o efeito violência, uma única causa, no caso a família e se retira a responsabilidade do Estado, no cumprimento de suas funções como aquele que garante qualidade de vida digna para que todos possam se desenvolver e viver em sociedade. Assim expressa uma das diretoras: (...) *é questão da comunidade, a escola é reflexo da comunidade, se isso existe na comunidade, vai existir na escola, agora permitir que isso atrapalhe o ambiente escolar é uma outra conversa.*

Em outro momento, uma diretora expressou: *A minha maior dificuldade hoje é envolver os pais, porque muitos não querem, ou porque trabalham e o maior prejudicado nessa história é o filho... estamos querendo fazer esse envolvimento familiar, esse esclarecimento, de trabalhar a questão de limites neles, a banalização, a permissividade da família, a falta de diálogo.*

Uma gestão escolar que tenha a preocupação com o processo educativo, e ciente do momento histórico atual, é convidada a pensar e a incluir em suas pautas de estudos e planejamentos a questão do lugar que ocupa o conflito na existência humana, para que o papel da escola vá além da culpabilização.

Portanto, quando se constata tantas dificuldades na escola em relação á violência, é preciso pensar como essa escola organiza seu trabalho pedagógico e quais são as bases de seu fazer pedagógico. Enquanto a escola estiver se utilizando de princípios que elevam a ordem como fim e não como meio, onde o conhecimento é entendido como algo estático que alguns alcançam, outros não, ela não estará ajudando na resolução dos conflitos. A teoria crítica da

educação propõe a transposição desses conceitos e uma postura de acolhida e de entendimento do conflito como ele realmente é: algo natural e necessário para a vida humana e para a vida das instituições, inclusive a instituição escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresenta um farto material para análises, sob vários pontos de vista como a gestão, a compreensão de violência e de conflito, da comunicação e outros. Embora se abram vários ângulos de interpretações, no presente artigo foram priorizados alguns recortes que colaboram com a análise de conjuntura educacional das escolas do Distrito Federal.

Sob o ponto de vista de quem sofre um ato de violência, a tendência é buscar um culpado, identificar os autores dos atos de violência e tentar abafar a fonte geradora da violência. Essa visão pode vir de um estudante, de um professor e da própria direção da escola que, pela sua tarefa de gestão, precisa identificar e coibir tais atitudes. Um olhar aprofundado ajuda a entender que os atos de violência são encobertos ou envolvidos por uma série de pequenas ações da gestão que resultam numa atitude mais radical. Essa atitude nunca surge do nada, ela foi sendo construída por um tempo, dentro ou fora da escola ou em ambos os ambientes. Isso leva a entender que um ato de violência pode ser coibido com outro ato de igual força, mas não resolve as fontes geradoras da violência. Ora, se já foi observado que a comunicação é o resultado de interações entre os diversos públicos, mesmo que não dialoguem entre si, um ato de violência foi concebido anteriormente e não no momento em que ele acontece.

Quando comparados entre si, os dados da pesquisa sinalizam facilmente os aspectos que estão sendo descritos acima. A pesquisa revela que os alunos e professores apontam as ameaças como sendo 74,1% e 83,8%, respectivamente, os casos mais frequentes de violência dentro do espaço escolar e, ao mesmo tempo, quando questionados se já sofreram algum tipo de ameaça, o percentual passa a ser 28,3% e 13,2%, respectivamente. E a situação se repete para outras situações tais como roubos e furtos, discriminação, entre outros. Esse comparativo revela que existe uma construção idealizada de comportamento de violência na escola, mas que, na sua essência não é soma quantitativa. Acorre uma supervalorização das ações de violência, para atingir um conceito pré-estabelecido de violência. Há uma combinação

silenciosa, mas real de que é necessário provar em números uma violência que é mais ou menos forte dependendo das interações que se estabelecem.

A partir da visão da gestão escolar, torna-se mais fácil mensurar ações explícitas de violência do que perceber as interações que ocorrem no dia a dia, e que estão colaborando para a geração da violência. O mais oportuno, com certeza, é acompanhar a circulação das mensagens ditas ou não ditas e potencializá-las ou canalizá-las para outras manifestações. O certo é que elas não deixarão de existir, pois estão envoltas nas personagens do ambiente educacional, mas, por outro lado, podem ser conduzidas de maneiras diferentes se forem observadas atentamente por seus gestores.

Em meio às interações de todos os aspectos da comunicação, a atenção sobre manifestações grupais faz-se necessária e urgente. Conforme foi apontado (MAFFESOLI, 2006) os indivíduos não agem por si só, eles precisam de afirmações grupais. Os praticantes da violência construíram e conceberam os atos em grupo, ou quando não tão evidentes, pelo menos há uma aceitação do grupo para que aquele ato seja validado. Diante destas circunstâncias, a gestão de uma escola é convidada, além de observar atentamente os processos comunicacionais dos indivíduos, a observar também a movimentação dos grupos, das tendências grupais, das modas, dos nichos locais e cibernéticos.

A escola, por isso, é o ambiente, provavelmente, mais favorável para que estas relações se estabeleçam, pois oportuniza o encontro de diferentes formas de pensar e agir. Isso não significa olhar a escola negativamente, mas, ao contrário, atribuir a este ambiente uma relevância maior ainda, pois oportuniza a efervescência de novas conjunturas sociais. Por isso, é importante que as falas a respeito das marcas que a escola deixa na vida de cada pessoa continuem, porém destacando que a escola não é a única responsável pelo contexto que está aí. Ela é uma das instituições que ajudam na educação das pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, José Luiz e CALAZANS, M. Regina Zamith. *Comunicação e educação: questões delicadas na interface*. São Paulo: Hacker, 2001.

CARREIRA, Débora Bianca Xavier; CAPANEMA, Clélia de Freitas (Orient.). *Violência nas escolas: qual é o papel da gestão? 2005*. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Brasília, 2007.

CHARLOT, Bernard. *A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão*. Sociologias, ano 4, nº 8, p 432-443, jul-dez. 2002. Porto Alegre/RS.

DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine (Org.). *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília, DF: UNESCO, 2002.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. *Educação para a paz: Sentidos e dilemas*. Caxias do Sul: Educus: 2005.

JARES, Xesús. *Educação para a paz: sua teoria e sua prática*. Traduzido por Fátima Murad. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LIBANEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola*. Goiânia/GO: Alternativa, 2004.

MAFFESOLI, Michel. *A Violência totalitária: ensaio de antropologia política*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. *O tempo das tribos: declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas*. 4ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MULLER, Jean-Marie. *O princípio de Não-violência*. Percurso filosófico. São Paulo: Instituto Piaget, 1995.